

Reposição mensal mobiliza professores na data-base

DF - Educação

22 MAI 1993

JORNAL DE BRASÍLIA

Os professores da rede de ensino público realizam assembléia hoje, às 9h30, no estádio Mané Garrincha. Eles reivindicam a recuperação das perdas salariais durante o governo Roriz, reajuste mensal de acordo com os índices do Dieese e o estabelecimento de uma política salarial equiparada à dos servidores federais. O sindicato dos Professores (Sinpro) não confirma o indicativo de greve na pauta da assembléia.

O reajuste reivindicado pela categoria varia de acordo com o nível de cada profissional. Os percentuais oscilam entre 215,99%, para o nível 1; 238,82% para o nível 2; e 263,24% para o nível 3. Os professores que trabalham 20 horas recebem atualmente de Cr\$ 4,1 milhões a Cr\$ 6,2 milhões, já incluída a gratificação de atividade de 80% sobre estes vencimentos. A pauta de reivindicações da categoria, entregue pelo Sinpro no dia 23 de março ao GDF.

Cláusulas — Dentre as questões sociais, a licença-amamentação de 30 dias após a licença-maternidade, a mudança da data-base da cate-

QUADRO DA CATEGORIA	
Número de profissionais	25 mil
Salário	Cr\$ 4.176.865,00 (nível I) Cr\$ 5.112.755,00 (nível II) Cr\$ 6.273.351,00 (nível III)
Data-base	1º de janeiro
Reivindicações	Recuperação das perdas salariais durante o governo Roriz; Reajuste mensal de acordo com índices do Dieese; Política salarial para servidores federais; Licença amamentação de 30 dias; Tiquete-refeição e creche; Limitar número de alunos em salas de aula; Extinção imediata dos turnos intermediários; Fim dos contratos temporários.

ria para 1º de maio, o fornecimento de tiquete-refeição e a garantia de creches para os filhos de professores são as principais reivindicações. O estabelecimento de um limite padrão do número de alunos em sala de aula, a extinção imediata dos turnos intermediários e o fim dos contratos temporários para profissionais não concursados encabeçam a lista de cláusulas pedagógicas.

A secretária de imprensa do Sinpro, Maria Augusta, sugere ao GDF "abrir mais concursos públicos para a carência de professores".

O GDF recebeu, no dia 6 de

maio, uma comissão de professores para discutir a pauta de reivindicações elaborada pelo Sinpro. O GDF afirma que o reajuste salarial é "matéria pertinente à Secretaria do Trabalho". Augusta diz que a Secretaria do Trabalho alega falta de autonomia para tratar desse assunto, "porque o reajuste salarial dos professores depende de recursos federais".

A reportagem do Jornal de Brasília entrou em contato com o gabinete da Secretaria do Trabalho, mas até as 18h00 não houve retorno do órgão para rebater as afirmações do Sindicato dos Professores.